ISBN 978-85-5554-128-5

II COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CONFLITOS SOCIAIS

UNITINS

Núcleo de Estudos em Direitos Humanos

NEDIH

UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

CADERNO DE RESUMOS

II COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CONFLITOS SOCIAIS

REALIZAÇÃO

Núcleo de Estudos em Direitos Humanos

NEDIH

NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS – NEDIH

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS
Reitor
Augusto Rezende
Vice-Reitor
Darlene Teixeira Castro
Chefe de Gabinete
Rafael Verli
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação
Ana Flávia Golveia de Faria
Pró-Reitora de Extensão
Kyldes Batista Vicente
Pró-Reitor de Graduação
Fred Newton da Silva Souza
Pró-Reitor de Administração e Finanças
Daniel Bardal

II COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO:
DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CONFLITOS SOCIAIS

Organização:

Kyldes Vicente Batista
Alessandra Ruíta Santos Czapsk
Eduardo José Silva Lima
Christiane de Holanda Camilo

Editoração e Diagramação:
Liliane Scarpin da Silva Storniolo e
Rogério Adriano Ferreira da Silva

Realização:
Núcleo de Estudos em Direitos Humanos – Nedih

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Universidade Estadual do Tocantins - Campus Palmas– TO

C719 II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão:

Direitos Humanos, Educação e Conflitos Sociais: caderno de resumos / Eduardo José Silva Lima; Kyldes Vicente Batista; Alessandra Ruíta Santos Czapsk e Christiane de Holanda Camilo (Organizadores).

–Palmas, TO, 2018.

50 fls.; Il.; col.

ISBN 978-85-5554-128-5

Curso: Interdisciplinar

Universidade Estadual do Tocantins. 2018

1. Interdisciplinaridade. 2. Direitos Humanos. 3. Educação. 4. Conflitos Sociais. I. II. Título. III. Direito.

CDD: 370

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária – Maria Madalena Camargo – CRB 2/1527
Todos os Direitos Reservados – A reprodução parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

ORGANIZAÇÃO DO II COLÓQUIO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO E CONFLITOS SOCIAIS

Coordenação geral

Eduardo José Silva Lima

Comissão organizadora

Alessandra Ruita Santos Czapski

Ana Márcia Pereira Gurski

Ana Paula Baganha

Caio Araujo Luz

Caio Monteiro Melo

Christiane De Holanda Camilo

Cristina Gonçalves De Araújo

Edna Martins Eugênio

Fernanda Batista Da Silva

Fernanda Mota Do Nascimento

John Max Santos Sales

Juliana Mariano Alves

Juscileia Moreira Da Silva Teixeira

Kyldes Batista Vicente

Láisa Giseli Neiva Leite Santo

Lucimária Alves Ferreira

Marcos Vinicios Sousa Pereira

Mariany Almeida Montino

Resileida Maria do Couto Pereira

Willany Palhares Leal

Sumário

1. Apresentação..... 7

2. Conferêcia de abertura..... 8

4. Eixo temático: Direitos Humanos e Educação 9

5. Eixo Temático: Direitos humanos e Desenvolvimento Rural. 27

6. Eixo Temático: Direitos humanos, Democracia e Conflitos Sociais..... 37

7. Eixo Temático: Direitos humanos e Serviço Social..... 45

Apresentação

O **II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual do Tocantins** teve, em sua edição de 2018, como tema **"Direitos Humanos, Educação e Conflitos Sociais"**. O objetivo foi de fomentar discussões referentes ao tripé universitário Ensino, Pesquisa e Extensão no processo de formação universitária. Para isso, utilizamos como meio as questões relacionadas aos direitos humanos em diversas instâncias.

Aqui estão os resumos dos trabalhos que foram apresentados durante o evento. Optamos por uma organização dos textos por eixos temáticos. Convidamos a todos para conhecer os resumos dos trabalhos apresentados nessa edição e para aproveitá-los como um material importante para agregar informações ao universo de estudos dos Direitos Humanos.

Comissão organizadora do **II Colóquio Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão da Unitins**

UNITINS
Universidade Estadual do Tocantins

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Conferência de Abertura

Tema:
Direitos Humanos, Educação e Conflitos Sociais

Palestrantes:

Christiane de Holanda Camilo

Cleorbete Santos

Eduardo José Silva Lima

Fernanda Mota do Nascimento

Neuton Jardim dos Santos

Solange Aparecida do Nascimento

Eixo temático:
Direitos Humanos e Educação

Coordenação:

Profª. Drª. Mariany Almeida Montino (Unitins);

Profª. Drª. Willany Palhares Leal (Unitins).

A percepção dos professores das salas de recursos multifuncionais da rede estadual de ensino de Palmas no processo de formação continuada em educação especial

IRIGON, S. L. A. [1]

CAPUZZO, D. B. [2]

SAMPAIO, M. A. P. [3]

IBRAHIM, L.S.M. [4]

(1)Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT Campus Palmas. simonealianca@bol.com.br
(2)Professora Doutora do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT / Campus Palmas. capuzzo@uft.edu.br
(3)Professora Doutora do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT / Campus Palmas. capuzzo@uft.edu.br
(4)Pós-Graduada pelo Instituto Tocantinense de Pós-Graduação – ITOP. leliamota@bol.com.br

A pesquisa em andamento faz um enfoque sobre a relevância da formação continuada dos professores das Salas de Recursos Multifuncionais no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Palmas e suas percepções no tocante à referida formação. O Sistema de Ensino deve garantir além de metodologia diversificada e recursos específicos aos alunos, público alvo da Educação Especial, bem como formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE. O objetivo da pesquisa tem como demonstrar a preponderância e como se dá a formação continuada em Educação Especial, destinada aos professores dessas salas. Assim, teóricos da área sustentam esta pesquisa: MAZZOTTA (2005), MARTINS (2008), ALVES (2008), MANTOAN (2008), dentre outros. Estudo de caráter exploratório, qualitativo, tipo pesquisa de campo em escolas que possuem salas de recursos multifuncionais será por meio de entrevistas semiestruturadas com professores, direcionando para investigação destas formações efetivadas e suas contribuições no processo educacional dos alunos pesquisados. Portanto, a pesquisa ressalta a qualificação do

professor no seu fazer pedagógico e no uso de instrumentos acessíveis e adaptados, desenvolvendo assim competências e habilidades nos alunos no que tange seu desenvolvimento global.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação Continuada. Sala de Recursos Multifuncionais.

Direitos Humanos no contexto da educação

SANTOS, D. B. [1]

LEITE, M. J.S. [2]

(1)Graduado em Serviço Social pela UNITINS, Pós Graduado Gestão em Serviço Social e Políticas Públicas pelo ITOP. cabralfso@hotmail.com
(2)Graduada Tecnólogo em Gestão em Recursos Humanos pela UNOPAR, Pós Graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social pela a UFT. Ziruka2015@gmail.com

O presente resumo tem por objetivo apresentar a importância dos Direitos Humanos na Educação. Sabemos que educar não é uma tarefa fácil, pois significa assumir a responsabilidade pela capacidade humana de conservar, transformar o mundo e proteger o desenvolvimento da criança contra as pressões do próprio mundo. Entendemos que a Educação e os Direitos Humanos são instrumentos da construção da consciência, da dignidade e o fortalecimento da cidadania e da mudança social. Ficando evidente o papel da Educação e Direitos Humanos. *Trata-se de estudo bibliográfico e documental. Por meio do estudo bibliográfico buscou-se compreender a questão da* Educação e Direitos Humanos*, a partir de alguns autores:* ADORNO, Theodor W. - Lúcia Helena Alvarez Leite, Paulo Freire, Hannah Arendt, Miguel Arroyo entre outros; Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH -3) /Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília. SEDH/PR, 2010. A partir dos estudos realizados durante o curso elegeu-se a presente temática por entendermos que é necessário discutir sobre Educação e os Direitos Humanos porque são direitos históricos, resultando assim, em ferramentas para o crescimento pessoal e profissional, tendo com essência, a dignidade da pessoa humana, tornando o individuo capaz de atuar como cidadão. Educar não é apenas instruir, mas oferecer uma experiência significativa que prepare para a vida.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Desigualdade social.

Inclusão escolar e Direitos Humanos: um olhar invisível dentro da escola

PEREIRA, M. L. M. L. [1]

MELO, J. W. R. [2]

(1)Mestranda no Mestrado Profissional e Interdisciplinar- Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins/ESMAT. ledamlustosa@uol.com.br

(2)Orientador. Pós-doc em Sciences de l'Éducation pela UdM, Canadá. Doutor em Ciências de la Educación pela USC, Espanha. Professor Adjunto da UFT. jwilsonrm@mail.uft.edu.br

Este trabalho pretende demonstrar como a garantia dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência no âmbito da inclusão escolar é desprovida da efetividade de políticas públicas, tanto de formação de professores como de acessibilidade, além de se tornarem invisíveis para a comunidade escolar. Pretende-se ainda, demonstrar através de referencial bibliográfico e da observação diária da autora, enquanto professora da rede de ensino pública há mais de 15 anos, que o direito a educação formal para todas as pessoas, garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), ainda não foi alcançado em sua plenitude em pleno século XXI.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Formação de Professor. Inclusão Escolar.

Concepções pedagógicas nos anos iniciais do ensino fundamental: as práticas intuitivas na formação do sujeito

SILVA. F. S. [1]

GOI, L .L.[2]

(1)Graduando em Pedagogia, bolsista PROIC/ITOP, Faculdade ITOP. francisco96santos@gmail.com

(2)Professora Mestre em Educação. Faculdade ITOP.
E-mail: goilourdes@gmail.com

Esta pesquisa investigou sobre as teorias pedagógicas que embasam os professores das terceiras séries do ensino fundamental das escolas da cidade de Palmas e como interfere na prática educativa. Constituiu-se de uma investigação bibliográfica, documental e de campo com abordagem qualitativa. A documental constou do Projeto Político Pedagógico (PPP) e na de campo foram realizadas entrevistas e observações em três escolas, sendo uma particular e duas públicas. As entrevistas foram semiestruturadas, com uma coordenadora pedagógica e duas professoras do 3º ano de cada escola. Concluímos que o

conhecimento das participantes sobre as teorias pedagógicas é superficial e confuso e o trabalho embasa-se na própria prática ou nos livros didáticos, sem respaldo teórico principalmente no rumo das teorias críticas. Embora não generalizando, os resultados apresentados nos levam a sugerir que as participantes da pesquisa representam um universo maior de docentes das escolas de Palmas orientado pela intuição. Como consequência, as professoras não deixam claro qual o ideal de homem, de sociedade que se deseja, bem como a falta de um entendimento crítico de educação. Podem se tornar transmissoras da ideologia dominante e colaborar para a formação de cidadãos não sujeitos do processo de conhecimento, mas passivos, submissos e acríticos.

Palavras-chave: Teorias pedagógicas. Prática docente. Processo de Ensino e Aprendizagem.

Educação infantil no município de Araguatins: o ideal e o real

COSTA , V. P. [1]

MOUSINHO, M. S.[2]

(1)Especialista em Gestão da Educação Municipal – UFT Secretaria municipal de Educação de Araguatins-TO vanespeca@gmail.com
(2)Especialista em Gestão Pública Municipal pela UFT, Secretaria municipal de Educação de Araguatins-TO, stelaped@gmail.com

A educação é um direito constitucionalmente garantido. A Constituição Federal - CF de 1988 no artigo 6º traz no rol dos direitos sociais a educação estreando a lista. A “Constituição Cidadã” elevou a educação ao patamar de direito fundamental, objetivo fundamental e direito social da República Federativa do Brasil, seguindo, desse modo, a moderna tendência das atuais Nações Democráticas cujas políticas encontraram-se centradas no bem-estar e na dignidade da pessoa humana. A Educação Infantil, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/96 é a etapa inicial da educação básica e tem como objetivo o desenvolvimento integral da criança, devendo ser ofertada pelo ente federado município. O município em análise conta com lei aprovada dispondo sobre o Plano Municipal de Educação – Lei 1.190/2015, com um conjunto de 20 (vinte) metas, das quais a meta 1 (um) trata da Educação Infantil. Tem também 3 (três) obras de creche financiadas pelo PNDE. A análise deste trabalho se dá sobre a execução da segunda parte da referida meta, pois preconiza atendimento de pelo menos 50% das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos. A avaliação e o monitoramento mostraram que além do não cumprimento da meta, o número de atendimento diminuiu em relação ao ano anterior.

Palavras-chave: Direito à Educação. Plano Municipal de Educação.

Homofobia na escola: uma questão de direitos humanos

SILVA, K. F. C. C. [1]

(1)Graduada em pedagogia no ITOP, Especialização em Docência no Ensino Superior em andamento no ITOP. keila.cardos@gmail.com

Na declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 5º, consta que "Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante". Questões sobre homofobia devem estar situadas, fundamentalmente, dentro da esfera dos direitos humanos, principalmente quando praticadas no ambiente escolar. Estando quase sempre presente de várias formas, a homofobia segrega e oprime, gerando traumas e até mesmo a evasão escolar. A escola, por ser um ambiente plural e heterogêneo, deve ter seu processo educacional voltado para a diversidade, atuando na formação de sujeito de direitos, respeitando e valorizando as diferenças. Sendo assim, o presente trabalho busca pesquisar formas de intervenção no combate à homofobia, com o objetivo de promover a igualdade e uma cultura de respeito à dignidade humana no ambiente escolar.

Palavras-chave: Direitos humanos. Homofobia. Diversidade. Escola.

O direito à aprendizagem como elemento construtor da compreensão de cidadania no século XXI

ALMEIDA, I. N. S. [1]

(1)Mestranda UFT(2017-2019), Seduc- Escola Estadual Liberdade, Faculdade Itop. ildaneta@hotmail.com

CARVALHO, V. D. R. [2]

(2)SEMED Escola Maria Júlia,Faculdade Itop. valterezendecarvalho@gmail.com

Este estudo tem como objetivo levantar os documentos oficiais que sustentam o direito à aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental, bem como discutir sobre a importância deste direito como instrumento favorecedor da construção da Cidadania. Vivemos em um mundo múltiplo, complexo, fluído e dinâmico, onde as questões relacionadas à cidadania passam por uma tênue banalização. Nesse sentido entendemos que a função social da escola não deve se limitar somente na preparação para o mercado de trabalho, mas também para o exercício e compreensão da cidadania dos sujeitos em seus espaços coletivos e plurais para uma vida harmônica com seus coletivos sociais. Desse modo este trabalho tem como problema: identificar os documentos oficiais que garantem o direito a aprendizagem das crianças do Ensino Fundamental, bem como relacioná-los as possibilidades de um trabalho voltado para a formação da cidadania e senso de vida harmônica em sociedade assegurando seus direitos humanos. A pesquisa é de

natureza qualitativa, quanto aos objetivos é exploratória, quando aos instrumentos é pautada em pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Direito. Aprendizagem. Cidadania.

Educação instrumental e os direitos do mercado

OLIVEIRA, R.S. [1]

(1)Mestrando no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFT). Especialista em Ética e Ensino de Filosofia. Graduado em Filosofia. Professor na Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS. e-mail: rafael.siloli@gmail.com

O problema que será abordado na comunicação é a transformação da educação e do conhecimento em mercadorias, consequência do rápido desenvolvimento da técnica e da tecnologia e disseminação de uma racionalidade instrumental que invadiu o campo educacional. A razão instrumental é uma espécie de racionalidade perversa que se caracteriza pelo cálculo utilitário entre meios e fins, que quando se aplica à educação, acaba ajustando o processo formativo dos indivíduos às demandas socialmente úteis do capitalismo. Essa perspectiva abre caminho para uma reflexão sobre as novas exigências da hegemônica educação instrumental, no sentido de mostrar que sob a égide das agendas neoliberais a tendência dos processos formativos é a intensificação das desigualdades sociais, fato esse que torna inviável a efetivação dos Direitos Humanos. Tal condição afasta a possibilidade de formação integral e de uma educação crítica para a emancipação. Em suma, compete-nos problematizar, a partir da Teoria Crítica de Herbert Marcuse e Theodor Adorno, como uma educação instrumental que serve ao mercado não consegue servir, ao mesmo tempo, aos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Racionalidade Instrumental, Educação, Direitos Humanos.

Pelo caminho da extensão: as contribuições do projeto LAELL para a UFT

SOUSA, R. F. [1]

(1)Graduando em Letras, UFT, ricardof@uft.edu.br

SILVA, J. S.[2]

(2)Graduanda em Letras, UFT, jayne.ssousa98@outlook.com

SOUZA, N. N. [3]

(3)Professora Doutora em Educação, UFT, neilasouza@mail.uft.edu.br

No atual cenário político, compreendemos que o processo de aprendizagem passa a basear-se e a

depender de observações próprias, de atitudes reflexivas e questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la. Nesse sentido, o projeto "Liga Acadêmica de Estudos Linguísticos e Literários" (LAELL) surgiu a partir de interesses acadêmicos visando à articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão na Universidade Federal do Tocantins (UFT), câmpus universitário de Porto Nacional/TO. A iniciativa visa cumprir objetivos práticos de modo que impulsione juntamente com os acadêmicos do curso de Letras, de forma integrada e visando a participação discente na construção desses três pilares que compõem a função social da academia. Temos a inter/transdisciplinaridade como base das atividades efetivadas proporcionando a formação de um profissional humanizado, ético e idôneo. Posto isso, as ações da LAELL concretizam-se por meio de metodologias de ensino-aprendizagem problematizadoras e produtoras de conhecimentos confrontados com a realidade brasileira e regional.

Palavras-chave: Projeto de Extensão. Inter/transdisciplinaridade; LAELL.

Educação inclusiva e o contexto educacional dos alunos com deficiência intelectual: historicidade e panorama atual

IRIGON, S. L. A. [1]

(1)Mestranda do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins - UFT / Campus Palmas, simonealianca@bol.com.br

CAPUZZO, D. B. [2]

(2)Professora Doutora do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Tocantins- UFT / Campus Palmas. capuzzo@uft.edu.br

O respectivo estudo compõe a Dissertação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Tocantins - UFT, com o título *Elos Intergeracionais entre Avós e Netos com Deficiência Intelectual em um Contexto Educacional Inclusivo*. A pesquisa parte das interações intergeracionais, entre avós e seus netos com deficiência intelectual, enfatizando como se dá essa relação, os vínculos afetivos e suas influências no âmbito educacional. O estudo objetiva conhecer a historicidade e panorama atual da deficiência intelectual e compreender as influências no desenvolvimento educativo dos netos com deficiência intelectual. Serão estudados autores da área, MAZZOTA (1998), MANTOAN (2005), OSÓRIO (2008), CAPUZZO (2012), dentre outros. Serão analisados documentos oficiais e aportes teóricos, após direcionará para aplicação de entrevista individualizada semiestruturada com avós de netos com deficiência intelectual, matriculados nas Salas de Recursos Multifuncionais do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE em Palmas da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins. A educação contemporânea assegura a educação inclusiva, uma vez que o aluno público alvo da Educação Especial é tão digno e merecedor da educação de qualidade.

Palavras-chave: Aprendizagem. Deficiência Intelectual. Educação Inclusiva.

A educação especial e inclusiva e o desafio da formação continuada de professores: o ideal *versus* o real

SANTOS, M. F. A. [1]

(1)Graduada em Pedagogia – UNITINS / Campus Araguatins. fatimaestudos@hotmail.com

SAMPAIO, M. A. P [2]

(2)Especialista em Educação Especial e Educação Inclusiva. nahandra@hotmail.com

Na inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, pois esta requer um modelo diferente das propostas já executadas e uma prática diferenciada, que leve em consideração o aluno em suas individualidades e necessidades. A pesquisa em questão teve como objetivo analisar se há projetos de cursos de formação continuada na área da educação especial e inclusiva e detectar a sua efetivação na atividade profissional. Foi desenvolvida nas dimensões exploratória e descritiva, sendo o tratamento dos dados analisados de forma qualitativa. A população estudada foi o grupo de professores do ensino fundamental de uma escola pública municipal da zona urbana do município de Araguatins/TO. Teve como suporte teórico Mantoan (2003), Beyer (2005), Stainback (1999), Garcia (1988), Saviani (2003) e o aporte legislacional referente à Educação Especial e Inclusiva e à Formação de Professores. Como resultado discutiu-se o perfil hodierno que repercute, necessariamente de forma mediata e mesmo imediata, no papel do professor. Este profissional que atua numa realidade marcada pelo crescente fenômeno da globalização, com o consequente predomínio das Dificuldades de Aprendizagem sem formação adequada realizando somente a integração.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Inclusiva. Formação Continuada.

As relações étnico-raciais na rede municipal de ensino Palmas

CONCEIÇÃO, V. K. P. [1]

(1)Estudante do Curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins – UFT, e-mail: vida.kp@unitins.br

LIMA, E. J. S. [2]

(2)Professor/Pesquisador da Universidade Estado do Tocantins – UNITINS, e-mail: eduardo.js@unitins.br

O silêncio referente à participação de negros e indígenas na História do Brasil é o motivou da realização dessa pesquisa. Nosso objetivo é analisar a implementação da legislação referente ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, leis 10.639/2003 e 11.645/2008, na rede municipal de ensino de Palmas. Para isso aplicamos questionários para estudantes do 9ºano, docentes e gestores escolares para identificar como as relações étnico-raciais são trabalhadas nas escolas. Como aporte teórico utilizamos os conceitos de “cultura” do historiador Edward Thompson, e de “violência simbólica” do sociólogo

Pierre Bourdieu para discutir como simbolicamente descendentes de negros e indígenas são violentados no ambiente escolar ao não verem sua história representada no espaço de educação formal. Ao analisar os questionários identificamos que gestores e docentes se queixam de não existir um programa de formação continuada sobre a temática para melhor capacitá-los, alertam para falta de material didático adequado e dificuldades para melhor trabalharem o tema. Estudantes relatam que ações pedagógicas são resumidas a datas de comemorações específicas. Verificamos a aplicação parcial das leis objeto desse estudo, com ações pontuais, fruto da sensibilidade de poucos profissionais. Sendo necessária, portanto, a institucionalização de práticas pedagógicas mais efetivas e formações contínuas para docentes e gestores escolares.

Palavras-chave: Ensino de História. Violência simbólica. Relações étnico-raciais.

Direitos Humanos em sala de aula: estratégias didático pedagógicas

LUZ , M. S. [1]

(2)Mestrando PROF-FILO UFT. prof.mauriciosantosdaluz@gmail.com

A Educação em Direitos Humanos é uma temática que recentemente passou a ser foco de debate no mundo acadêmico, tendo como principais indagações as questões em torno de como ensinar e o que ensinar. A complexidade de tal tema aponta para a necessidade de explorar as várias experiências já realizadas nos mais diversos espaços onde podemos desenvolver o processo educativo, ou seja, a educação formal e a educação não formal, ambas riquíssimas em experiências inovadoras. Neste trabalho pretende-se realizar uma exposição de uma dessas propostas que vem sendo desenvolvida na cidade de Palmas/Tocantins. Desse modo, apresentaremos a proposta curricular que vem sendo trabalhada nos colégios que compõem a rede Marista, utilizando-se da análise de documentos oficiais da instituição e do relato de como tem sido o desenvolvimento da citada proposta.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Metodologias.

A diretriz nº 002/2008-PM/3/EMG da PMTO como ferramenta eficaz na defesa dos Direitos Humanos

MACHADO BÓ, F. [1]

(2)Especialista em Segurança Pública. Polícia Militar do Tocantins.
francinaldoboh@hotmail.com

Baseado no Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, das Nações Unidas e ainda no Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, do governo federal brasileiro, a Polícia Militar do Estado do Tocantins

(PMTO) editou no ano de 2008, a Diretriz nº 002/2008-PM/3/EMG, a qual trata da Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse, onde a Polícia Militar (PM) tocantinense recebe determinação judicial de apoiar a justiça em despejos, nas mais variadas formas judiciais. Dentro desse contexto, as operações nas situações anteriormente citadas, corroboram pela excelência do serviço para servir o povo tocantinense conforme os ditames dos direitos humanos. A pesquisa foi realizada com a coleta de dados em documentos institucionais, de forma qualitativa. Diante do estudado, vislumbra-se que tal ferramenta leva ao cidadão serviço público de segurança de excelência, fundamentado nos parâmetros dos direitos humanos. Desta feita, a qualidade do serviço prestado pela PMTO em despejos forçados tornara-se eficiente e eficaz, sendo oportuna a divulgação de tal condição de primor da operacionalização da PM.

Palavras-chave: Despejo. Direitos Humanos. Operações.

A patrulha escolar comunitária do 1° BPM da PMTO

MACHADO BÓ, F [1]

(1)Especialista em Segurança Pública. Polícia Militar do Tocantins.
francinaldoboh@hotmail.com

A Patrulha Escolar Comunitária (PEC) do 1º Batalhão de Polícia Militar (BPM) da Polícia Militar do Estado do Tocantins (PMTO), atua no policiamento das escolas no território conhecido por Plano Diretor da Cidade de Palmas – TO, levando para a comunidade escolar segurança eficaz e eficiente. A Política Pública Patrulha Escolar Comunitária no 1° BPM da PMTO proporciona para a comunidade escolar segurança de excelência, tendo em vista sua atuação mais precisa nas escolas e suas imediações, atuando de forma preventiva e também através de chamados da comunidade escolar. O método utilizado nesta pesquisa foi o de coleta de dados obtidos na PMTO, ou seja, pesquisa de campo, de forma qualitativa, exploratória, visando levar conhecimento técnico da atuação profissional da PMTO em prestação de serviço público de segurança pública à comunidade escolar, tendo como foco maior, as crianças e adolescentes estudantes. Os resultados da atividade PEC é riquíssimo, pois levou para a comunidade escolar e sua vizinhança a tranquilidade, aumentando a sensação de segurança, tendo em vista que há equipes de viaturas policiais militares exclusivas para atuarem no contexto escolar. A atividade da PEC deve ser estendida para todo o Estado do Tocantins e também ser criado na PMTO o curso de PEC destinado a policiais militares que poderão atuar em tal modelo de serviço policial.

Palavras-chave: Segurança. Comunidade escolar. Tranquilidade.

Cyberbullying: a promoção dos Direitos Humanos inspirada na construção de uma cultura de paz nas escolas

RIBEIRO, N. A. [1]

(1)Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Direito Público, Especialista em Direito Constitucional pela UFG. Professora do Curso de Direito da Faculdade de Palmas (FAPAL). neidearibeiro@gmail.com

O artigo estuda o fenômeno do *cyberbullying*, tema de tese em andamento, no Doutorado em Educação do programa de pós-graduação da Universidade Católica de Brasília. Entre os problemas pesquisados, verifica-se o papel da educação face à exigência da Lei n. 13°.185/2015, que define *cyberbullying* como a intimidação sistemática perpetrada mediante o uso de ferramentas tecnológicas da *internet* para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e constranger a vítima (BRASIL, 2015). A problemática envolve o papel dos atores escolares, no contexto da violência virtual no uso desmedido pelos jovens e adolescentes, das redes sociais do *Facebook, Instagram* e *WhatsApp*, em postagens e replicação de conteúdos inadequados e/ou potencialmente ofensivas como pornografia, discriminação, aliciamento moral, dentre outras. A metodologia utilizada para a coleta e geração dos dados, foi a pesquisa qualitativa e os documentos foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética (CE) da UCB, parecer n°. 2.175.797. Os resultados preliminares revelam que as escolas necessitam de (re)orientação educacional, inspirada no fortalecimento dos direitos humanos e construção de uma cultura de paz, na resolução de situações que configurem *cyberbullying*.

Palavras-chave: *Cyberbullying.* Direitos Humanos. Educação.

Educação Hospitalar: metodologias de ensino no ambiente de tratamento da saúde

COSTA, J. M.[1]

(1)Graduada em Pedagogia (UFT) jmc20081987@gmail.com

PEREIRA, R. T.[2]

(2)Mestrando em Educação (PPGE/UFT) rogertp@uft.edu.br

ROLIM, C. L. A. [3]

(3)Doutora em Educação (PPGE/UFT) carmem.rolim@uft.edu.br

O aluno hospitalizado possui o direito de desfrutar de uma educação continuada no ambiente de tratamento da saúde. Frente a esse desafio elegemos como objetivo deste estudo conhecer as principais metodologias de ensino utilizadas pelos docentes que atuam no contexto hospitalar. A metodologia utilizada se caracteriza pela abordagem qualitativa de caráter descritivo e método bibliográfico e documental.

Os resultados apontaram que no Brasil o atendimento educacional ofertado às crianças e aos adolescentes hospitalizados delineou-se predominantemente por meio de duas propostas metodológicas distintas: a pedagógico-educacional e a lúdico-terapêutica. A primeira defende a continuidade da escolarização dos sujeitos em tratamento de saúde, principalmente em classes hospitalares, cuja proposta é desenvolver os conteúdos curriculares de maneira flexibilizada e adaptada. Já a metodologia lúdico-terapêutica busca oportunizar aos educandos hospitalizados experiências lúdicas e recreativas enquanto fatores importantes para reduzir a angústia provocada pela internação. Considera-se ainda, que dada à especificidade do espaço e do público atendido, torna-se necessário estabelecer métodos próprios para o contexto hospitalar, promovendo o desenvolvimento humano e a aprendizagem das crianças e dos adolescentes em tratamento de saúde.

Palavras-chave: Educação Hospitalar. Metodologias de Ensino. Classe Hospitalar.

Políticas públicas para a educação hospitalar na região norte do Brasil: processo de efetivação

PEREIRA, R. T. [1]

(1)Mestrando em Educação (PPGE/UFT) rogertp@uft.edu.br

COSTA, J. M. [2]

(2)Graduada em Pedagogia (UFT) jmc20081987@gmail.com

ROLIM, C. L. A.[3]

(3)Doutora em Educação (PPGE/UFT) carmem.rolim@uft.edu.br

LAGARES, R. [4]

(4)Doutora em Educação (PPGE/UFT) roselagares@uft.edu.br

A educação é um direito constitucionalmente instituído e de acesso universal, o que inclui as crianças e os adolescentes em situação de hospitalização. Tal direito é efetivado nos hospitais, principalmente, mediante a implantação e implementação de classes hospitalares, ofertando o atendimento pedagógico-educacional às crianças e aos adolescentes em tratamento de saúde. Nesse contexto, o artigo objetiva discutir em que medida efetiva-se o direito educacional dos sujeitos hospitalizados na região Norte do país por meio de políticas públicas. A metodologia consiste em estudo exploratório de abordagem qualitativa, com informações coletadas por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Os resultados mostram o crescimento do quantitativo de classes hospitalares na região Norte entre os anos de 2008 e 2011. No entanto, no período de 2011 a 2015, os recentes mapeamentos acadêmicos apontam uma estagnação da oferta educacional na região investigada. Como hipótese, observa-se a possível falta de diálogo pedagógico e orçamentário entre os setores da educação e da saúde. Como conclusão, propõe-se que as pesquisas acadêmicas desses setores direcionem maior atenção às demandas relacionadas à efetivação

das políticas públicas na educação hospitalar.

Palavras-chave: Direito educacional. Política pública intersetorial. Classe hospitalar.

Docência e aposentadoria: percepções e planos ao longo da carreira

SAMPAIO, M. A. P. [1]

Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação UFT. Docente da Universidade Estadual do Tocantins UNITINS/ Campus Araguatins, nahandra@hotmail.com

CAPUZZO, D. B. [2]

Orientadora. Doutora em Educação, capuzzo@uft.edu.br

O crescente envelhecimento da população tem gerado profundas transformações na sociedade, despertando interesse para o desenvolvimento de iniciativas voltadas às questões do envelhecimento. Uma das iniciativas refere-se à preocupação com a aposentadoria. Este estudo faz parte do projeto de pesquisa em andamento do Mestrado Profissional em Educação da UFT. Tem como objetivo investigar a percepção dos professores da educação infantil e do ensino fundamental sobre a multidimensionalidade que envolve uma aposentadoria e a sua preparação para ela. Vem sendo desenvolvida nas dimensões exploratória, descritiva e explicativa, sendo o tratamento dos dados analisados de forma qualitativa, pautada nas concepções de Imbernón (2000); Weber (2015); Neto & Campos (2017) dentre outros. Os dados serão coletados por meio de entrevista semiestruturada e serão objeto de análise de conteúdo, na perspectiva proposta por Bardin (2002). Os resultados apontados servirão para a proposição de elementos metodológicos que nortearão a elaboração de uma proposta metodológica multidimensional de implantação de um programa de preparação para a aposentadoria dos docentes da rede pública estadual e municipal de ensino que garantam os direitos sociais e de cidadania para os mesmos.

Palavras Chave: Trabalho Docente. Envelhecimento. Aposentadoria.

Educação democratizada: colégio militar e a aplicabilidade dos direitos humanos

CARNEIRO, L .A. [1]

(1)Graduado em Administração; Especialista em gestão pública e docência profissional e Tecnológica. Polícia militar do Tocantins; leodpalmas@hotmail.com

Iniciamos citando uma frase do manual dos alunos do colégio militar “Não se esqueçam: o sucesso

do CPMTO sempre dependerá, primordialmente, do sucesso de seus alunos" (MANUAL DO ALUNO CPM-TO, 2014). Isso nos remete que o principal foco dos colégios militares do Tocantins visa o sucesso de seus alunos. Principalmente permitindo-lhes desenvolver atitudes e valores familiares e sociais e respeitando os deveres e direitos de qualquer que seja o meio que esteja inserido. Preparando-lhes para refletir sobre as garantias fundamentais da pessoa. Sendo que a educação é fundamental para o entendimento dos direitos sociais e liberdades civis. Desta forma, podemos destacar que a educação é o elemento norteador para implementação de políticas públicas, visando o desenvolvimento regional, respeitando as garantias que a constituição federal estabelece. Sendo assim, podemos resaltar que esses valores estão voltados para os direitos humanos. Ou seja, levar em conta a igualdade e dignidade humana, valores esses que estão sendo inseridos de forma igualitária no ambiente de ensino.

Palavras-chave: Garantias Fundamentais. Políticas Públicas. Dignidade Humana.

Jogos Escolares do Tocantins "PARAJETS" promovendo a integração pelo esporte

OLIVEIRA, C. V. S. [1]

(1)Graduado em licenciatura em Educação Física pelo CEUCLAR; Graduado em Tecnologia em Gestão Pública pelo IFTO; Mestrando em Educação pela UFT; Professor da Educação Básica da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Tocantins; Professor do Curso de Computação Gráfica PRONATEC Programa Nacional de Acesso Técnico e Emprego; Email: claudius.bahea@bol.com.br

Esta pesquisa tem como tema "Jogos Escolares do Tocantins 'Parajets' Promovendo A Integração Pelo Esporte". Seu objetivo é examinar se as políticas públicas de ofertas de vagas nos cursos de formações de professores em Educação Física no Tocantins atenderão as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e do Plano Estadual de Educação – PEE 2015-2025 (TOCANTINS, 2015), em especial, a Meta 23, que trata da qualidade da educação básica. Com aporte no materialismo histórico dialético, a abordagem é qualitativa e quantitativa, com dados e informações coletados por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. PARAJETS, realizados pelo Governo do Estado sobre a coordenação da Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes, Prefeituras Municipais e de Entidades Educacionais, Esportivas, Culturais e Filantrópicas, com o intuito de promover a interação social contribuindo para o desenvolvimento educacional por meio de modalidades esportivas adaptadas para atender os educandos com deficiência física (DF), visual (DV) e intelectual (DI).

Palavras-chave: Jogos Escolares. Políticas públicas de Inclusão. Legislação da educação.

Mediação de conflitos nas escolas - um mapeamento da produção científica sobre o tema

LACERDA, A. F. A. [1]
(1)Graduanda do Curso de Serviço Social– UNITINS; Bolsista do PIBIC/ UNITINS; santoferujo@gmail.com
MONTINO, M, A [2]
(2)Professora e Pesquisadora– UNITINS; email:mariany.am@unitins.br

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados das análises sobre a produção científica publicada, nos últimos quatro anos, sobre o tema da Mediação de Conflitos no Contexto Escolar. Observa-se um aumento significativo dos programas e projetos de mediação de conflitos como solução para controlar a violência nas escolas. Para o desenvolvimento da pesquisa, que possui caráter exploratório e descritivo, realizamos uma revisão bibliográfica a fim de obter um mapeamento da produção científica, procurando identificar o conceito de violência ou violências, a metodologia utilizada, as hipóteses levantadas e os resultados obtidos pelos pesquisadores. Como principais resultados, a pesquisa revela que ações de violência não ocorrem de forma isolada entre muros de uma escola específica, mas em vários ambientes escolares, cidades, estados e países; e aponta para a mediação de conflitos como estratégia para harmonizar as violências escolares e a necessidade de efetivos investimentos na formação de mediadores sociais como forma de preservar o direito dos estudantes oferecendo, além de um ensino de qualidade, um ambiente escolar agradável e favorável ao trabalho com o conhecimento.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Formação de Mediadores. Violências nas Escolas.

PNAIC- Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: Análise do impacto e proficiência das formações na Rede Municipal de Araguatins – TO e aplicabilidade dos alfabetizadores da Escola Municipal Professora Nair Duarte

PEREIRA, Z. M. B. [1]
(1)Especialista em Gestão e Supervisão Escolar. Zelina05@hotmail.com
SOUSA, G. A. [2]
(2)Especialista em Gestão Escolar Genarond05@gmail.com

A qualidade da Educação, especificamente a alfabetização dos alunos no município de Araguatins, apresenta um quadro preocupante com desafios gigantescos a serem enfrentados, em se tratando de resultados palpáveis materializados em desenvolvimento humano. O Ideb da Escola Municipal Profª Nair Duarte, não diferente do Município de Araguatins e de outros do Estado do Tocantins mostra a fragilidade dos sistemas de ensino de algumas questões fundamentais quanto à qualificação do magistério, principal-

mente no que tange ao Ensino Fundamental e formação continuada e específica para o ofício da alfabetização. A pesquisa traz como objetivo investigar a eficiência das formações ofertadas pelas universidades responsáveis pela capacitação das formadoras no nível do Estado do Tocantins, a visão das professoras formadoras da rede municipal e dos professores alfabetizadores segundo suas concepções, procurando perceber os reflexos na prática pedagógica e aprendizagem dos alunos segundo avaliações do MEC. O referido debate teve base no apoio legal no Art. 210 da Constituição Federal de 1988, A LDB 9394/96 e cadernos de estudos do PNAIC que fortalece e amplia a concepção de direito presente na base legal.

Palavras-chave: Alfabetização. Formação. Desafios. PNAIC.

A importância do estreitamento dos laços familiares para a ressocialização

MOURA, M. O. B. [1]

(1)Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú; Graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná; Especialização em Direitos Humanos pela UFT; Cursando especialização em gestão pública pela UFT; barrosmoura@hotmail.com

Este trabalho tem como principal objetivo fortalecer os vínculos familiares, através de estratégias psicopedagógicas que propiciem uma melhoria nas relações das crianças e adolescentes atendidos no Lar Raio de Sol no município de Palmas-TO. A estrutura do trabalho está dividida em partes: No primeiro momento, apresentação do aporte legal que dá garantia aos direitos. No segundo momento, dinâmica de grupo buscando a integração e descontração das crianças e adolescentes envolvidos, através de brincadeiras de roda e momento de troca de experiências, com aplicação de uma oficina e o terceiro momento, com aplicação do questionário a fim de avaliar as contribuições das ações desenvolvidas. E as considerações finais tecem reflexão a partir das questões postas neste trabalho, enfocando as ações desenvolvidas pela instituição na preservação dos direitos garantidos a crianças e adolescentes institucionalizados do município de Palmas/TO e da necessidade de exercerem suas identidades de maneira plena em busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Palavras-chave: Crianças. Adolescentes. Família. Vínculos. Sociedade.

Repetência escolar na concepção de professores: um estudo sobre as percepções do fracasso escolar

SAMPAIO, M. A. P. [1]

(1)Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação UFT; Docente da Universidade Estadual do Tocantins UNITINS/ Campus Araguatins. nahandra@hotmail.com.

ARRUDA, S. L. [2]

(2)Mestranda do Programa Mestrado Profissional em Educação UFT; simonealianca@bol.com.br

A preocupação com o chamado "fracasso escolar" deu origem a inúmeras pesquisas, em decorrência da reflexão e indagação dos pesquisadores sobre as mazelas históricas que assolam as escolas brasileiras, que são reveladas nos nossos baixos índices e nos escassos investimentos na área educacional. O presente trabalho teve por objetivo investigar as concepções de professores de uma escola pública da esfera municipal em relação ao fracasso escolar. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 6 (seis) professores do ensino fundamental de uma escola municipal situada em Araguatins /TO que apresenta um alto índice de reprovações e desistências. O conteúdo das entrevistas foi analisado mediante o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2002). A análise dos resultados permite concluir que os professores reconstituem sua percepção de "fracasso escolar" como um processo claramente esquematizado: o desinteresse e a dificuldade de aprendizagem do aluno, aliados à falta de apoio familiar levam à repetência, por vezes considerando seu papel como diminuto ou nulo como parte do fenômeno, além de expressarem um forte sentimento de desamparo para o enfrentamento do fracasso escolar, desamparo esse que perpassa as facetas do desamparo teórico, relacional e do próprio sistema de ensino.

Palavras-chave: Fracasso Escolar. Repetência. Concepções de Professores.

O processo de alfabetização das crianças de cinco anos – um estudo de caso sobre o distanciamento entre as práticas pedagógicas e os níveis de aquisição da escrita

SOBREIRA, N. C. B. [1]

(1)Faculdade ITOP - Tocantins; najlabrito.palmas@gmail.com

MONTINO, M.A.[2]

(2)Professora da UNITINS e Faculdade ITOP; email: mariany.am@unitins.br

O processo de alfabetização das crianças é um assunto que desperta muito a atenção de pais e professores causando, por vezes, certo grau de ansiedade e um grande investimento, por parte das escolas,

em alfabetizar, a qualquer custo, as crianças de cinco anos. Este trabalho tem como objetivo, portanto, conhecer como a escola de Educação Infantil tem tratado o processo de alfabetização na idade dos 5 (cinco) anos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, etnográfica com crianças de cinco anos de uma escola particular de Educação Infantil, a fim de identificar os conhecimentos que elas já possuem sobre a língua escrita, bem como analisar como o material pedagógico utilizado trata esse processo. Pode-se observar que as orientações trazidas pelo material aos professores não são suficientes para ajudá-los a trabalhar com as crianças que precisam de um tempo maior em seu processo de alfabetização; e ainda, que boa parte da turma não apresenta estruturas de pensamento suficientes para compreender as atividades propostas pelo material, e vão sendo, violentamente, "atropeladas" em seu processo de alfabetização.

Palavras-chave: Alfabetização e Letramento. Educação Infantil. Práticas Pedagógicas.

Eixo Temático:
Direitos humanos e Desenvolvimento Rural

Coordenadoras:

Profa. Ma Juliana Mariano Alves (UNITINS);

Profa. Ma Alessandra Ruita Santos Czapski (UNITINS)

A escravidão moderna no agronegócio

LIMA, I. F. R.[1]

(1)Acadêmico de Eng. Agronômica da Unitins; iuri1999@live.com

MORAIS, L. F. [2]

(2)Acadêmica de Eng. Agronômica da Unitins; laianemorais2011@gmail.com

A indústria agrícola é uma das maiores, se não a maior, em termos de relevância no Brasil e, como qualquer tipo de indústria, o dono do negócio sempre está à procura da lucratividade ou da redução de custos. Entretanto, a busca pela redução de custos em alguns casos acaba afetando as relações trabalhistas presentes nessa indústria. As denúncias de trabalhos análogos à escravidão vêm crescendo de maneira considerável no Brasil. A maioria dessas denúncias tem vindo do setor do agronegócio, no qual funcionários são submetidos às condições de trabalho análogo à escravidão. Todo brasileiro tem direitos iguais e esses direitos devem ser cumpridos, independente da atividade de cada um, seja ele empresário ou funcionário, seja ele produtor ou empregado, o direito a condições de trabalho adequadas é para todos. Em um país que a história está manchada pela escravidão ter casos atuais de trabalhos análogos à escravidão se torna uma vergonha. Como solução seria necessária maior fiscalização, conscientização, e punição adequada para os indivíduos que submetem seus funcionários a essas condições de trabalho, como por exemplo, fazer valer a PEC do trabalho escravo de 2014, segundo a qual empresários e produtores que forem flagrados usando desse tipo de trabalho, devem ter a propriedade expropriada. Dessa forma, conclui-se que enfrentar o trabalho escravo é um desafio complexo que deve ser assumido pelo conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Agronegócio. Direitos humanos.

Trabalhador rural e os direitos trabalhistas

BARBOSA, F. C. [1]

(1)Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS; flavia.cagro@gmail.com

NETO, J. A. S. [2]

(2)Acadêmico de Eng. Agronômica da UNITINS; jn.aires95@gmail.com

NETO, P. B. A. [3]

(3)Acadêmico de Eng. Agronômica da UNITINS; pedro.almeida62@gmail.com

A história das relações trabalhistas é marcada por grandes batalhas, começou desde quando o ser humano sentiu a necessidade de realizar tarefas para sua sobrevivência. De acordo com o Artigo 2° da Lei 5.889/73. “O empregado rural é toda pessoa física que tem propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste, mediante salário. “Nos dias de hoje traz-se uma dúvida em relação à lei que determina os direitos trabalhistas da classe, pois há um *déficit* em normas específicas para o trabalhador rural”. Atualmente, seguimos a Constituição Federal de 1988 que traz em seu texto os direitos trabalhistas dos artigos “ 7° a 11°. ” O trabalhador rural tem uma jornada de trabalho de 8 horas por dia ou 44 horas por semana, direito a percepção de horas extras pagos com adicional de 50% e repouso remunerado com “ folgas ” em feriados civis e religiosos. A norma mais favorável é a do artigo 5° do decreto n° 73.626/74 e artigo 7° inciso XIII da Constituição Federal de 1988 por serem normas baseadas na segurança e saúde do trabalhador. Portanto, pode-se observar que a classe segue de acordo com o que regulamenta a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Palavras-chave: Trabalhador rural. Jornada de trabalho. Desenvolvimento rural.

Uma revisão sobre a avaliação de impacto ambiental da pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém

VIEIRA, J. F.[1]

(1)Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS, vjacky1994@gmail.com

ROCHA, K. R. S.[2]

(2)Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS, katryelle14@gmail.com

CORRÊA, M. S.[3]

(3)Acadêmico de Eng. Agronômica da UNITINS, mateussouzacorrea.mc@gmail.com

A obra de pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém compreende trecho que atravessa o Estado do Pará de sul a norte. Os principais motivos da pavimentação da rodovia são a redução do custo do transporte de cargas oriundas do Mato Grosso e do Pará e a promoção do desenvolvimento socioeconômico

da região afetada. A pavimentação também visa melhorar as condições de vida da população que vive nas proximidades das rodovias. Atualmente, a região atravessada pelas rodovias é muito isolada devido à dificuldade de acesso, principalmente nos meses de chuva, quando as estradas se tornam praticamente intransitáveis. A obra de pavimentação apresenta impactos significativos, tanto positivos como negativos, ao meio físico, socioeconômico e biótico. Se, por um lado, o debate em torno da obra reforça sua importância para o escoamento da produção do Mato Grosso e Pará, por outro, gera revolta nos movimentos sociais e nas populações tradicionais que, apesar de quererem a trafegabilidade da estrada, têm convivido com o clima de violência e o conflito pela posse da terra e pela exploração descontrolada dos seus recursos naturais. Dessa forma, a avaliação dos impactos do projeto repercute necessariamente na esfera dos direitos fundamentais de terceira dimensão.

Palavras-chaves: desenvolvimento econômico, impactos ambientais, populações tradicionais.

Direitos Humanos, Reforma trabalhista e o Campo

CORREIA, I. S.[1]

(1)Mestrando em Geografia (UFT); italo.dir@gmail.com

VARGAS, F. F. [2]

(2)Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT); francielis.vargas@mail.uft.edu.br

A Reforma Trabalhista no Brasil foi uma mudança na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) instrumentalizada pela lei Nº 13.467 de 2017, com o objetivo, conforme o então presidente Michel Temer, de combater o desemprego e a crise econômica no país. A reforma foi duramente criticada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros sindicatos, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outros. Porém, foi defendida por profissionais da área da economia e direito e empresários. Para muitos, um dos principais problemas da reforma está na violação dos Direitos Humanos pela supressão de direitos sociais presentes no art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFRB/88), que constituem cláusula pétrea, ou seja, não podem ser suprimidos por Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Levando o assunto para o campo, podem-se identificar prejuízos para os trabalhadores rurais em casos como a possibilidade de receber abaixo do salário mínimo, redução do FGTS, fim da hora "*in itinere*", liberação de trabalho de grávidas em ambientes insalubres, dificuldade de acesso à justiça entre outros. Assim, a pesquisa aponta para a inconstitucionalidade da reforma, levando em consideração, a violação dos Direitos Humanos devido à supressão de direitos sociais, devendo a mesma ser revogada.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Direitos humanos. Trabalhador rural.

Aplicação da matriz de Leopold como ferramenta de avaliação dos impactos socioambientais do turismo no parque estadual do Jalapão

LIMA, L. F. A.[1]

(1)Acadêmico de Engenharia Agronômica da UNITINS, lucaslimafelipe@gmail.com

ALVES, J. M.[2]

(2)Professora da UNITINS, juliana.ma@unitins.br

O Parque Estadual do Jalapão (PEJ) foi criado com o intuito de promover conservação ambiental. Por possuir ambiente propício à prática do turismo, vem sofrendo gradativo aumento da visitação. Constitucionalmente, está disposto que o lazer cumpre as funções não apenas de descanso, entretenimento e recreação, mas também de promoção do desenvolvimento humano. Este aspecto deve ser particularmente ressaltado quando se pensa no turismo que, como prática lúdica e comunicativa, possibilita contatos entre povos e culturas distintas, o que resulta em novas situações tanto para o turista como para o residente do destino turístico. Também sob o ponto de vista cultural e não apenas sob o viés econômico, o turismo deve ser entendido como um instrumento de inclusão social e promoção dos direitos humanos. Diante disso, o estudo teve como objetivo avaliar os impactos socioambientias causados pelo turismo no PEJ. A identificação dos impactos nos meios físico, biótico e socioeconômico possibilitou avaliação em termos dos seguintes atributos: caráter, importância, cobertura, duração e reversibilidade. Utilizou-se o método da Matriz de Leopold para classificação e quantificação dos impactos encontrados. Os resultados indicam que a implantação do projeto turístico promove alterações, que por meio da dinâmica imposta, podem gerar impactos temporários ou permanentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Direitos humanos. Turismo.

Perfil dos demandantes da feira espaço popular Mário Bezerra Cavalcante – Palmas/TO

PAIXÃO, D. C.[1]

(1)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS, darapassion@gmail.com

CAMPOS, L. S. [2]

(2)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS, lorennasantoscampos@gmail.com

COELHO, S. P. A. [3]

(3)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS, paty2020spac@hotmail.com

FREIRE, T. M. [4]

(4)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS, talitamaiafreire@gmail.com

LOURENÇO, T. L. S. [5]

(5)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS,thalita.lourenco@hotmail.com

SALES, J. M. S. [6]

(6)Professor e pesquisador da UNITINS, john.ms@unitins.br

A feira livre se configura como um dos espaços mais antigos de comercialização, onde nota-se a presença de pequenos produtores comercializando produtos agrícolas diversos. Considerando a presença de um mercado acirrado, cabe entender o perfil de compradores nesse aspecto. Sendo assim, este trabalho visa identificar o perfil dos demandantes da Feira Espaço Popular Mário Bezerra Cavalcante, situada na cidade de Palmas/TO. A partir de um questionário semiestruturado foram entrevistados 100 (cem) consumidores, abordando temas como perfil socioeconômico, comportamento e preferências. Encontrou-se um perfil jovem, de alta escolaridade e que demanda, em sua maioria, por produtos de origem hortifrúti. Aspectos como variedade e qualidade foram bem avaliados, ao contrário infraestrutura local. Diante disso, torna-se fundamental o conhecimento do perfil de demandantes de modo a auxiliar a formulação de estratégias para manutenção e aumento do número de consumidores.

Palavras-chave: Feira livre. Demanda. Palmas.

Perfil dos ofertantes da feira espaço popular Mário Bezerra Cavalcante – Palmas/TO

PAIXÃO, D. C.[1]

(1)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS; darapassion@gmail.com

CAMPOS, L. S.[2]

(2)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS; lorennasantoscampos@gmail.com

COELHO, S. P. A.[3]

(3)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS; paty2020spac@hotmail.com

FREIRE, T. M.[4]

(4)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS; talitamaiafreire@gmail.com

LOURENÇO, T. L. S.[5]

(5)Graduanda de Eng. Agronômica da UNITINS; thalita.lourenco@hotmail.com

SALES, J. M. S.[6]

Professor e pesquisador da UNITINS, john.ms@unitins.br

A feira livre se configura como um dos espaços mais antigos de comercialização, onde nota-se a presença de pequenos produtores comercializando produtos agrícolas diversos. Considerando que um mercado acirrado, principalmente com o poderio do comércio varejista, como shoppings e supermercados, cabe entender o perfil de feirantes nesta ordem mercadológica. Neste sentido, este trabalho visa identificar o perfil dos ofertantes da Feira Espaço Popular Mário Bezerra Cavalcante, situada na cidade de Palmas/TO. A partir de um questionário semiestruturado foram entrevistados 50 (cinquenta) feirantes, abordando temas sobre o perfil socioeconômico e a atividade econômica. Encontrou-se um perfil de baixa escolaridade, tendo a feira como única fonte de renda. Boa parte é responsável pela própria produção e a maioria não é beneficiada por programas governamentais. Diante disso, torna-se fundamental a capacitação técnica e ampliação de programas que auxiliem os feirantes em sua atividade econômica.

Palavras-chave: Feira livre. Oferta. Palmas.

Trabalho escravo contemporâneo no campo em dados

SILVA, E. M. P.[1]

(1)Aluna de Engenharia Agronômica da UNITINS, elinaprado11@gmail.com

SALES, J. M. S.[2]

(2)Professor Mestre da UNITINS, e-mail: john.ms@unitins.br

Em 2017 o país deixou de ser referência ao combate à escravidão, pois o Ministério do Trabalho emitiu Portaria N° 1129/2017 que retrocede com uma nova definição do trabalho escravo. Em 2003 o número de trabalhadores libertados aumentou 62 vezes em comparação ao ano de 1995, o ano que o Brasil reconheceu a existência de trabalho escravo. Dados do Ministério do Trabalho (2016) mostram que entre 1995 e 2016 foram resgatados mais de 52 mil trabalhadores no Brasil e a Comissão Pastoral da Terra (2014) informa que o Pará é líder no ranking estadual por número de trabalhadores libertados. Em 2017 o setor agropecuário aumentou 13%, o que gerou um aumento 1% no PIB, mas de acordo com a ONU Brasil (2016) o trabalho escravo gera lucros de US$ 150 milhões a empresas privadas por ano, sendo que um terço corresponde a setores como agropecuária, extrativismo, indústria, comércio e trabalho doméstico. A agropecuária, então, tem sido questionada, pois num país no qual afrouxam as leis a favor dos escravagistas é de se esperar que a produção aumente. A Comissão Pastoral da Terra e o Ministério do Trabalho tem o importante papel de mapear dados sobre o trabalho escravo, cerca de 40% das empresas expostas na "lista suja" são do agronegócio, ou seja, é importante expor os dados sobre trabalho escravo no âmbito rural.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Rural.

O gerenciamento de resíduos sólidos e a transição sustentável da produção da suinocultura: alternativas para o desenvolvimento rural

BARBOSA, C. S. M. C.[1]

(1)Estudante da Unitins, claudyasamia@hotmail.com

PINTO, M. V. M. G.[2]

(2)Estudante da Unitins; marcellusvinicius78@gmail.com

ALVES, J. M.[3]

(3)Professora da Unitins; juliana.ma@unitins.br

O Brasil produz anualmente 3,2 mil toneladas de carne suína, ocupando o quarto lugar entre os maiores fornecedores do mundo. De uma atividade conhecida historicamente pelo impacto ambiental de seus efluentes e resíduos, a suinocultura passou a ser uma referência no emprego de tecnologias que melhoram a relação do produtor com seu entorno, diminuindo dessa forma os conflitos socioambientais decorrentes da implantação desse tipo de empreendimento. Ao pensar em gestão sustentável e desenvolvimento rural, poucos setores apresentam avanço significativo neste sentido como a suinocultura. Estudos demonstram que os impactos negativos da suinocultura podem ser revertidos, tendo como exemplo, a utilização dos resíduos como fezes e urina, responsáveis por grande parte da poluição de mananciais, para geração de adubo e energia. Assim, por meio de um biodigestor é possível reaproveitar os resíduos da suinocultura para gerar biofertilizantes e biogás. Esse processo reduz 37% dos gases do efeito estufa. Além disso, os biofertilizantes utilizados em plantações pode fornecer ração aos animais e o biogás pode ser reutilizado na propriedade, gerando economia para o produtor e minimizando o impacto ambiental com energia limpa e renovável.

Palavras-chave: Suinocultura. Impactos ambientais. Desenvolvimento rural.

A suinocultura frente ao direito do meio ambiente ecologicamente equilibrado

DUARTE, G.[1]

Acadêmico de Eng. Agronômica da UNITINS, gdoliveira96@gmail.com

JUSTEN, L.[2]

Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS, lidiajusten@gmail.com

FERNANDES, M.[3]

Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS, fernandesmaira@hotmail.com

RANGEL, S.[4]

Acadêmica de Eng. Agronômica da UNITINS, sablina.rangel@gmail.com

A suinocultura é uma atividade de relevância econômica por ser conhecida como uma das maiores cadeias produtivas da indústria alimentar do Brasil. A expansão do setor e a adoção de sistema intensivo de produção tem provocado impactos ambientais causados pelo acúmulo de dejetos na água e solo. O referido contexto confronta-se com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, disposto constitucionalmente. Em outras palavras, afeta os direitos fundamentais de terceira dimensão indissociáveis à qualidade de vida e a proteção do gênero humano. Este trabalho tem como objetivo avaliar os impactos ambientais decorrentes da instalação e operação de uma suinocultura. A ferramenta utilizada para avaliação se baseou na análise da matriz de interação de Leopold, associando as principais atividades do setor com seus respectivos impactos. Os resultados mostraram que tanto na fase de instalação, como na de operação os impactos gerados no meio físico, biótico e nas relações ecológicas são predominantemente negativos, sendo uma atividade com grande potencial de poluição e contaminação do ambiente. Os aspectos positivos identificados a partir do estudo estão presentes nas relações socioeconômicas por se constituírem em atividades geradoras de renda e empregos.

Palavras-chave: Suinocultura. Meio Ambiente. Direitos Humanos.

O agronegócio e os impactos sobre os Direitos Humanos dos agricultores familiares, indígenas e quilombolas

SILVA, J. M. R.[1]

(1)Estudante do curso de engenharia Agronômica Unitins, e-mail: janusjihad@hotmail.com

GOUVEIA, L. F. R.[2]

(2)Estudante do curso de engenharia Agronômica- Unitins, e-mail: luiz.frq07@gmail.com

CORTELINI, M. B.[3]

(3)Estudante do curso de engenharia Agronômica- Unitins, e-mail: mielebahu@gmail.com

ROCHA, V. H. R.[4]

(4)Estudante do curso de engenharia Agronômica- Unitins, e-mail: vhictor.hr@gmail.com

O agronegócio brasileiro vem passando por uma grande mudança nos últimos decênios, com a expansão da área cultivada e aumento de produtividade e produção das principais culturas, como soja, milho, feijão, algodão, trigo, café, cana-de-açúcar, pastagens, etc.. As inovações tecnológicas foram uma das principais responsáveis por esses avanços no meio rural, como a introdução organismos geneticamente modificado, intensificação do uso de defensivos agrícolas, investimentos em pesquisas e desenvolvimento, entre outros. Porém o modelo adotado ainda é o da monocultura de exportação, que objetiva produzir

commodities agrícolas para a exportação. A escolha desse modelo de desenvolvimento ocasiona no meio rural uma soberania das empresas nacionais e estrangeiras detentoras das tecnologias e mantenedoras das monoculturas, concentração da terra em mãos de poucas famílias ou empresas, **migração da população rural para os centros urbanos,** destruição florestal e o contínuo ataque aos direitos a terra e aos territórios de camponeses, indígenas e quilombolas. Considerando a relação entre o agronegócio e o modelo econômico, este conjunto de indivíduos tem sido submetido a conflitos que geram discussões e uma busca constante desses povos por seus direitos a terra.

Palavras-chave: Modelo de agricultura. Luta por direitos. Concentração da terra

Povos tradicionais, quilombolas, assentados, camponeses, indígenas: e o agronegócio na região da MATOPIBA

FARIAS, V. R.[1]

(1)Formado em Filosofia pela Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins-UFT. Professor de Filosofia e Sociologia na Rede Estadual do Tocantins-SEDUC. valdemirrf@gmil.com

O presente texto aborda sobre os impactos positivo ou negativo que os povos tradicionais, quilombolas, assentados, camponeses, indígenas: vem sofrendo ou não devido o agronegócio na região da MATOPIBA, precisamente na área do Estado do Tocantins. E como os povos tradicionais veem essa grande fronteira agrícola? E se essa expansão agrícola está beneficiando os povos que estão sendo afetados, pois o que se produzem, na maioria das vezes, não chega à mesa de quem mais precisa. Nessa região convivem a agricultura empresarial, áreas de preservação, agricultura familiar, quilombolas e indígenas. Podemos considerar que a pesquisa possui duas categorias principais, o território e a rede consubstanciados no agronegócio. Pretende-se descobrir de que forma essa fronteira agrícola está beneficiando os povos tradicionais dessa região, se as suas terras estão sendo respeitadas, suas tradições estão sendo conservadas, se o que está sendo produzida ou que se pretende produzir vai de alguma forma beneficiar diretamente a população afetada?

Palavras-chave: Agricultura. Povos tradicionais. MATOPIBA.

Uso da matriz de Leopold na avaliação de impactos ambientais gerados pelo turismo: um olhar com foco nos Direitos Humanos

CUNHA, L. L.[1]

(1)Estudante de Eng. Agronômica na UNITINS; larisslanka@gmail.com

SILVA, D. L.[2]

(2)Estudante de Eng. Agronômica na UNITINS; campelo596@gmail.com

SOUZA, A. L. S.[3]

(3)Estudante de Eng. Agronômica na UNITINS; adriellelss2@gmail.com

FERREIRA J. F. S.[4]

(4)Estudante de Eng. Agronômica na UNITINS; zhitakatsumi@gmail.com

O turismo é considerado um dos processos migratórios humanos, tendo sido objeto de estudos desde a antiguidade. Enquanto fenômeno socioeconômico e cultural é passível de várias interpretações nas mais diversas áreas do conhecimento. Estudos apontam que a atividade turística tem gerado impactos consideráveis que circunscrevem o campo dos direitos humanos. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo utilizar a Matriz de Leopold como método de avaliação de impacto ambiental do empreendimento turístico Cachoeira do Roncador, em Taquaruçu/TO. Os resultados do estudo demonstram que as ações do projeto turístico não são favoráveis às relações ecológicas, causando alterações na cadeia alimentar, além de usurpação de matas, modificações de regime hídrico e cobertura de solo. Por outro lado, os aspectos relacionados ao contexto socioeconômico apresentaram impactos positivos, devido principalmente à geração de emprego e renda. Assim, conclui-se aqui, a absoluta impossibilidade da promoção e do incentivo do turismo sem evidenciar sua relação com as três dimensões dos direitos humanos. Sendo necessário conceber o turismo como um fator de desenvolvimento socioeconômico e ambiental para as presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Turismo. Impactos ambientais. Direitos humanos.

Eixo Temático:
Direitos humanos, Democracia e Conflitos Sociais

Coordenadores:

Profª Drª Fernanda Matos F. de Oliveira. (Unitins)

Prof. Dr. Caio Monteiro Melo (Unitins).

Sociologia Jurídica e Direito Achado na Rua: conexões e metodologia

SANTOS, M. J. V.[1]

(1)Graduando em Direito da UNITINS, e-mail: mj.marcosvieira@gmail.com

CAMILO, C.H.[2]

(2)Professora Mestre do curso de Direito da UNITINS, e-mail: christiane.hc@unitins.br

Esse artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica qualitativa sobre os temas: Direito Achado na Rua e Sociologia Jurídica, com o objetivo de perceber e esclarecer as conexões entre essas duas ciências. O artigo se propõe a analisar de forma separada os conceitos de Direito Achado na Rua e Sociologia Jurídica, a partir de seus principais autores, para em seguida traçar suas similaridades e convergências, e por último, a exposição de como o aparato teórico analisado neste trabalho pode ser visto na prática pelo Direito, relacionando sua aplicação à rediscussão do modelo democrático brasileiro. A pesquisa é realizada a partir da análise bibliográfica dos conceitos presentes na tese do professor José Geraldo de Sousa Júnior (2008), principal expoente da teoria do Direito Achado na Rua e nos apontamentos do professor espanhol Elias Díaz (1965) acerca do objeto de investigação da Sociologia Jurídica.

Palavras-chave: Direito Achado na Rua. Sociologia Jurídica. Democracia.

A cidade e a lei: o aluguel social como garantia do direito à moradia em Palmas/TO

CORREIA, I. S.[1]

(1)Mestrando em Geografia (UFT). E-mail: italo.dir@gmail.com

VARGAS, F. F.[2]

(2)Mestranda em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (UFT/ESMAT). Francielis.vargas@mail.uft.edu.br

A partir da aprovação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257, em 2001, a legislação urbana brasileira passou a ser referência mundial, colocando o Brasil no rol de honra da UN-HABITAT (órgão das Nações Unidas responsável pelas questões de moradia urbana) em 2006. O avanço legislativo propiciou a inserção no ordenamento jurídico brasileiro de uma série de instrumentos jurídicos e políticos que objetivam a promoção de cidades mais justas. Desta forma, os Municípios, responsáveis pela regulamentação do Estatuto da Cidade, passaram a definir as diretrizes para a implementação dos instrumentos em seus Planos Diretores, levando em consideração as demandas locais específicas. Neste contexto, ganhou centralidade a discussão no que diz respeito às formas de efetivação do direito à moradia. No entanto, mesmo que a legislação urbana tenha conferido à moradia uma maior proteção jurídica, sabe-se que tão somente a previsão legislativa não é capaz de transformar as profundas contradições que marcaram o acesso a terra urbanizada no país. Prova disso, é o fato de que no Brasil, o número de domicílios vagos supera o total do *déficit* habitacional. Como consequência da insuficiência da previsão legislativa, o Poder Judiciário tem sido cada vez mais acionado para responder às demandas por falta de moradias dignas e adequadas. Em Palmas, estado do Tocantins, a medida imediata de proteção à moradia em muitos casos é a concessão do aluguel social, que conforme texto da própria lei que o institui (Lei 2.674/2012) tem a finalidade de custear, integral ou parcialmente, a locação de imóveis residenciais em caráter de emergência e por tempo determinado. No entanto, a análise das decisões judiciais que tinham como objeto o pedido de aluguel social demonstra a existências de muitos obstáculos à concessão do benefício, dentre eles a dificuldade de comprovação dos requisitos administrativos previstos. Nesse sentido, a pesquisa aponta para a importância do aluguel social como instrumento de garantia ao direito à moradia, levando em consideração, contudo, a necessidade de regulamentação por parte do Poder Público Municipal quanto aos demais instrumentos previstos na legislação urbana, como o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), para que assim a moradia possa ser efetivamente garantida em longo prazo.

Palavras-chave: Aluguel social. Direito à moradia. Direito à cidade. Palmas/TO.

Invasão ou ocupação? O discurso da mídia no caso do edifício Wilton Paes de Almeida na cidade de São Paulo

SOUSA, T. R. C.[1]

(1)Aluna de Serviço Social da UNITINS; thayrinercs@outlook.com

SALES, J. M. S.[2]

(2)Professor da UNITINS; john.ms@unitins.br

A moradia é um direito social conforme art.º 6 da constituição federal, porém o Estado não consegue elaborar e aplicar uma política de habitação de interesse social que venha suprir de forma digna a demanda das camadas desfavorecidas da sociedade. Diante deste aspecto, e com a impossibilidade de adquirir ou alugar um imóvel, os cidadãos buscam garantir esse direito através da ocupação de terrenos e imóveis ociosos, muitas vezes auxiliados por movimentos de luta pela moradia. Tais ocupações geralmente são noticiadas por veículos de comunicação que criminalizam os movimentos que são vistos como "invasores". Como exemplo, pode-se citar o caso da ocupação do edifício Wilton Paes de Almeida situado na cidade de São Paulo, que frente ao desabamento ocorrido em maio de 2018, parte da mídia retratou os ocupantes como invasores, quando na verdade trata-se de grande parcela da sociedade que sofre com o déficit habitacional e, não encontrando alternativas, ocupam propriedades que não exercem sua função social. Portanto, este trabalho busca mostrar a importância de trazer à tona indagações sobre o emprego de certas posições da mídia, que muitas vezes, buscam distorcer os fatos a favor de vínculos políticos e/ou ideológicos.

Palavras-chave: Moradia. Ocupações. Discurso midiático.

A ausência da demarcação territorial na comunidade quilombola de Lajeado

BERNIERI, C. G. P.[1]

(1)Mestranda em Sustentabilidade – UNB; celegpb@hotmail.com

FOLHA, J. G. P.[2]

(2)Mestranda em Educação - UFT / jard-25@hotmail.com

ALVES, L. G. P.[3]

(3)Especialista em Gênero e Diversidade na Escola-UFT / laurinhagualberto25@gmail.com

A pesquisa em andamento busca avaliar se a ausência da demarcação territorial ocasiona consequências para a Comunidade Quilombola de Lajeado, no município de Dianópolis/TO. A identidade social

étnica está largamente seguida do conjunto territorial, o qual forma-se de espaços materiais e imateriais que demarcam os limites de morada, trabalho, manifestações culturais e religiosas, extração, áreas comuns, etc.. Sobretudo, o território de pertencimento dos grupos étnicos, no decorrer do tempo, passa por grandes mudanças através dos processos de desterritorialização e desapropriação das terras de morada e trabalho, acarretando constantes negociações sociais e culturais, bem como conflitos agrários intergrupos e intragrupos. Para tanto, a pesquisa será concretizada por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando como instrumentos para coletas de dados: o levantamento bibliográfico, documental, visitas *in loco* e entrevista semiestruturada. Desse modo, a relevância da pesquisa reside em seus subsídios para o desenvolvimento territorial da Comunidade Quilombola de Lajeado, por expandir as discussões ainda incipientes nesta área e, principalmente, por perceber a importância da demarcação territorial e da sustentabilidade ambiental e cultural da comunidade.

Palavras-Chave: Quilombolas. Demarcação Territorial. Conflitos Sociais.

Direitos Humanos e encarceramento da população negra no Tocantins

VIZOLLI, I.[1]

(1)Graduanda do Bacharelado em Relações Internacionais Universidade Federal do Tocantins, vizolliara@gmail.com.

Estamos na Década Internacional dos Afrodescendentes das Nações Unidas - ONU (2015-2024). Apesar disso a democracia e os Direitos Humanos ainda não são assegurados materialmente para essa população, por isso a necessidade da promoção da igualdade racial no Brasil. Especificamente no Tocantins, segundo o Levantamento de Informações Penitenciárias, em 2016 haviam 3.468 detentos, desses 59% permaneciam sem condenação. 78% do total de presos no Tocantins são da cor negra contra 19% de cor branca. Essas discrepâncias no sistema prisional entre negros e brancos no estado é fruto do racismo estrutural brasileiro, que se consolidou como política pública durante os séculos de escravidão e posteriormente, com as políticas eugenistas e o encarceramento em massa da população negra. Além da exclusão social, marginalização e criminalização desses indivíduos. As políticas brasileiras ao longo dos séculos impossibilitaram a ascensão social desse segmento étnico-racial, criando assim a desigualdade social entre negros e brancos. Para amenizar os impactos de séculos, algumas políticas a serem adotadas segundo a ONU seriam acabar com o “perfil racial”; eliminar estereótipos; facilitar o acesso à justiça e garantir a igualdade perante a lei.

Palavras-chave: Encarceramento em massa. População negra. Direitos Humanos.

O trabalho e a dignidade humana como princípio fundamental para o estabelecimento da cidadania

SOUSA, A.[1]

(1)Estudante de Pós-Graduação em Direito Público Constitucional e Administrativo, do Instituto Tocantinense de Pós-Graduação (ITOP), email: abraodesousa@gmail.com

CARVALHO, N. M. R.[2]

(2)Orientadora do trabalho. Professora da Pós-Graduação em Direito Público do Instituto de Pós-Graduação do Tocantins, e-mail: nercimaria@yahoo.com.br.

Esta pesquisa tem por objetivo discutir sobre a dignidade do homem em relação ao exercício do trabalho como um direito social pertencente a todos. A escolha do tema justifica-se pela existência positivada em documentos oficiais de direitos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), de 1948, e a Constituição Federal do Brasil, de 1988. É uma discussão de cunho bibliográfico que busca analisar a visão jurídica e econômica da dignidade humana ancorada nos documentos citados e também em doutrinas e artigos que apontam sobre a temática. O trabalho dignifica o homem? O que é dignidade humana?

Palavras-chave: Direitos Humanos. Constituição Federal. Trabalho. Dignidade.

Educação em Direitos Humanos no curso de Direito: um diálogo entre Brasil e Portugal

HAONAT, A. I.[1]

(1)Doutora em Direito do Estado, com ênfase em Direito Constitucional Professora da Escola Superior da Magistratura Tocantinense, da Universidade Federal do Tocantins e da Católica do Tocantins; haonat@uol.com.br.

NOVA, L. V.[2]

(2)Graduando do 4º ano do Curso de Direito da Católica do Tocantins; leossandro@outlook.com.

Este estudo se deu observando o contexto em que a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Essa mudança emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e responsabilidades. Embora os direitos humanos e a justiça possam ser compreendidos de muitos modos e articulados com diferentes formas de democracia, eles ganham um sentido mais coerente e ampliado quando integrados numa democracia entendida como direitos humanos. Nessa linha de pensamento, e levando em consideração os fortes laços históricos e culturais que

unem os Brasil e Portugal, a pesquisa se propôs a estudar os aspectos do ensino dos Direitos humanos no curso de Direito no ambiente universitário. Para tanto, mostrar sua necessidade na formação dos profissionais e na execução de suas atividades, além de fazer um paralelo com o ensino dessa disciplina nas Universidades portuguesas.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Ensino.

Direitos básicos do consumidor, em Palmas/TO: do descrédito no judiciário à insignificância do bem tutelado

CARVALHO, G. A.[1]

Mestrado em Gestão de Políticas Públicas - Universidade Federal do Tocantins; Especialista em Direitos Humanos e Cidadania - UNITINS, Especialista em Gestão Pública UFT, Especialista em Direito Civil - Universidade Cruzeiro do Sul e Licenciado em Letras - Português-Inglês - Universidade Federal de Uberlândia; Bacharel em Direito - Universidade Cidade de São Paulo; gleidison@gmail.com

O presente trabalho de conclusão de curso é baseado em outro artigo do mesmo autor e orientador, e teve por objetivo analisar os fatores incidentes nas relações de consumo, na cidade de Palmas, capital do Tocantins, no que tange ao que preconiza o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, mais especificamente nos seus direitos básicos, trazidos no Artigo 6º do citado código. A partir de estudos preliminares com *surveys*, direcionada aos consumidores de Palmas, num universo amostral de 300 (trezentos) questionários, aplicados em três estações de ônibus e uma em avenida central da cidade. Ainda foi disponibilizado questionário *online*, a ser preenchido virtualmente, via ferramenta Google docs®. Como os dados apontaram para um número de violações as quais não chegavam aos órgãos de proteção e defesa do consumidor, na proporção de suas violações, a fim de que se transformassem em políticas públicas voltadas às relações de consumo, houve a necessidade de se ampliar os estudos, a fim de que os maiores pontos detectados na pesquisa pudessem ser explicados, sob o enfoque bibliográfico de dados e, sobretudo, pragmáticos. Dos pontos de distanciamento entre o consumidor e a busca pelos seus direitos, estava o descrédito no poder judiciário e a insignificância dos bens reclamados. Nesse aspecto, o trabalho pretendeu verificar se era procedente o descrédito no Judiciário e como informar os cidadãos sobre os meios hábeis para a busca de seus direitos. Ainda sim, foi explorado o modo pelo qual o Ministério Público Estadual e outras entidades poderiam agir em ações de interesses difusos ou coletivos, nos casos de violações insignificantes para o consumidor do ponto de vista individual.

Palavras-chave: Relações de consumo. Credibilidade do judiciário. Direitos básicos do consumidor. Atuação do Ministério Público Estadual.

Violência contra pessoas homoafetivas: uma análise dos crimes cometidos na cidade de Palmas/TO (2013-2014)

HERMÍNIO, S. M.[1]

Especialista em Gestão Pública – UFT; Bacharel em Comunicação Social (Jornalismo) - Unitins; Bacharel em Serviço Social – Unitins; sheilahermi-nio.jornalista@gmail.com.

A pesquisa "Violência contra pessoas homoafetivas: uma análise dos crimes cometidos na cidade de Palmas/TO (2013-2014)", é um estudo de caso sobre diversidade sexual e homofobia, com foco na violência sofrida por pessoas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) no município de Palmas/TO. O objetivo principal dessa pesquisa é identificar se a discriminação é fator que contribui para a violência cometida contra o segmento LGBT na Capital do Tocantins, tomando-se por base os crimes ocorridos nesta cidade, no biênio 2013-2014 e atendidos pelas duas instituições públicas, co-participantes da pesquisa e defensoras dos direitos humanos LGBT. Os resultados apontaram que a discriminação contribui para a violência em Palmas/TO, uma vez que está presente no rol de violências cometidas contra o segmento LGBT, o que vem confirmar a hipótese levantada, contemplando também o objetivo geral da pesquisa. O estudo nos fez concluir que a aversão sofrida pelo segmento LGBT é um problema social grave, que necessita ser convertido por meio de um processo educacional focado no respeito aos direitos humanos e à diversidade sexual e de gênero. A escolha do tema se deu com o intuito de provocar uma discussão necessária, mas também pela escassez de informações relacionadas aos crimes cometidos contra pessoas LGBT no Tocantins e a vulnerabilidade a que esse segmento está exposto. Considerou-se, ainda, a necessidade de conhecer a quota de responsabilidade do Estado e sua Capital, diante da realidade revelada para o Brasil, onde, segundo os relatórios nacionais, além dos diversos tipos de violências cometidas contra esse segmento, a cada 27 (vinte e sete) horas uma pessoa LGBT é assassinada.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Discriminação. Violência. Educação.

A demarcação do território tradicional das comunidades quilombolas como forma de libertação plena

PINHEIRO, A. S.[1]

Mestrando em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos UFT; Especialista em Direito Constitucional pela Uniderp. Graduado em Direito pela UFT; Graduando em Filosofia- licenciatura pela UFT; ailkpinheiro@gmail.com

Esse texto tem o objetivo de estabelecer a relação entre Direitos Humanos, Serviço Social e as Co-

munidades Quilombolas. Em 13 de maio de 1988, completaram-se 30 (trinta) anos da abolição da escravatura no Brasil, mas será que, realmente, essas pessoas que foram libertas se tornaram, verdadeiramente, livres? Traz-se uma reflexão sobre o termo liberdade e o modo de vida atual que levam os descendentes de escravos no Brasil, em especial, os remanescentes dos quilombos existentes no Tocantins. Ocorre que, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, existem 45 (quarenta e cinco) comunidades quilombolas certificadas nesse estado. É dever constitucional do Estado reconhecer a propriedade definitiva a esse tipo de comunidade. No Tocantins, até o momento, nenhuma comunidade foi demarcada e titulada, de forma coletiva. Assim, exige-se grande empenho e aproximação entre os operadores dos Direitos Humanos, que defendem a dignidade da pessoa humana à luz do direito interno e internacional (tal como a Convenção 169 da OIT), dos aplicadores do Serviço Social, que diariamente exercem seus trabalhos junto às comunidades quilombolas, as quais clamam pelo reconhecimento, demarcação e titulação de suas propriedades como forma de emancipação plena, pois é do seu território tradicional que origina sua liberdade (moradia, trabalho, lazer, alimentação, felicidade, renda e subsistência).

Palavras – chave: Direitos Humanos. Serviço Social. Comunidade Quilombola.

Eixo Temático:
Direitos humanos e Serviço Social

Coordenadores:

Profª Ana Paula Baganha. (Unitins)

Prof. Eduardo Lima (Unitins).

Legalização da *cannabis sativa*: visão dos discentes e docentes dos cursos de Serviço Social e Direito da Unitins

BRITO, V. A. O.[1]

Graduando em Serviço Social– UNITINS.

E-mail: viniciusunitins@gmail.com.

Este trabalho busca compreender a significância de acadêmicos e professores quanto à visão acerca da legalização da maconha a partir do método de leitura crítica sobre a proibição e a legalização da *Cannabis Sativa* tomando como *corpus* as discussões em curso a respeito do tema que tem ocorrido no âmbito público e representações da sociedade civil. Esta pesquisa tem o objetivo de caracterizar opinião dos discentes e docentes dos cursos de Serviço Social e Direito da Unitins, em um contexto social de transformação da sociedade, preocupada em relação à violência que assola o país. A Guerra às Drogas não obteve êxito, na perspectiva de reduzir as drogas e posteriormente o tráfico. Pelo contrário, a guerra às drogas mais aumentou o número de encarcerados do que diminuiu as drogas, saindo de 2006 com mais de duzentos mil encarcerados para hoje, com mais de seiscentos mil, tendo majoritariamente jovens negros e pobres, que são pessoas excluídas da sociedade. Para tanto, é preciso dialogar criticamente com o que a proibição causou e causa para a sociedade. Este projeto de pesquisa mostra uma postura acadêmica diante de uma realidade social.

Palavras-chaves: Unitins; Guerra às Drogas; Legalização.

A inserção do idoso na política habitacional do programa "Minha Casa Minha Vida" no empreendimento habitacional Lago Sul I no município de Palmas/TO

SILVA, E. N. M.[1]

(1)Graduanda em Serviço Social, Faculdade ITOP, erikamartins690@hotmail.com.

ARAUJO, G.F. S.[2]

(2)Mestre em Serviço Social, Faculdade ITOP; gislenerabelo@hotmail.com.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a inserção do idoso na política habitacional do programa minha casa minha vida no empreendimento habitacional Lago Sul I em Palmas/TO e, por objetivo analisar como a efetivação do direito a moradia garante qualidade de vida para a população idosa do empreendimento habitacional Lago Sul I bem como, analisar de que forma a efetivação do direito garante qualidade de vida aos idosos contemplados; mensurar os desafios enfrentados pelos idosos no período de pós-ocupação. O interesse da pesquisadora por essa temática se deu em virtude da experiência e vivência em campo de estágio nos anos de 2016 a 2018 na Secretaria Municipal da Habitação onde foi possível observar que mesmo com o acesso à moradia, os idosos têm outras necessidades que não lhes são garantidas pelo estado. Esta pesquisa será pautada pela teoria social de Marx e, para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa utilizará a abordagem quanti-qualitativa por considerar vez que elas "se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia" (MINAYO 1994, p. 57), por meio da pesquisa de campo com entrevista semiestruturada.

Palavras-chave: Política de habitação. Idoso. Qualidade de vida.

Articulação da política de saúde e política de assistência social na proteção social voltada para as famílias beneficiárias do programa "Bolsa Família" no território Krahô no município de Palmas/Tocantins

SILVA, D.T.[1]

Graduanda em Serviço Social, Faculdade ITOP; erikamartins690@hotmail.com.

ARAUJO, G. F. S.

Mestre em Serviço Social, Faculdade ITOP; gislenerabelo@hotmail.com.

Esse projeto tem como objeto intersetorialidade da política de saúde e política de assistência social na proteção social voltada para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no território Krahô no município de Palmas/TO. A inquietude surge a partir da experiência profissional enquanto Agente Comunitário de Saúde nesse território, onde se percebeu a não articulação entre as políticas de saúde e assistência social, no tocante as condicionalidades do PBF. Por isso, a pesquisa tem como objetivo, apreender a articulação da Política de Saúde e Política de Assistência Social na proteção social voltada para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no território Krahô no município de Palmas/TO; analisar a articulação das condicionalidades da política de saúde e de assistência social; compreender como as políticas de saúde e de assistência social se articulam para o acesso ao Programa Bolsa Família. Esta pesquisa será pautada pela teoria social de Marx e, para alcançar os objetivos propostos, utilizará a abordagem quanti-qualitativa por considerar que elas "se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interagem dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia" (MINAYO, 1994, p. 57), por meio da pesquisa documental.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Política de Saúde. Intersetorialidade.

A garantia do direito à educação no sistema socioeducativo e o exercício do controle social pelo CEDECA

CASTRO, I. R.

Acadêmica do curso de serviço social, Universidade Estadual do Tocantins-UNITINS,

dherlla.resene@gmail.com.

O projeto de pesquisa visa abordar o direito à educação para o adolescente que cumpre medidas socioeducativas em privação de liberdade em Palmas -TO e à atuação do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA na defesa desse direito. É necessário fazer um resgate histórico sobre a educação e a realidade infanto-juvenil no Brasil. Sabendo que o Brasil é signatário de acordos nacionais e internacionais que tratam sobre os direitos dos adolescentes privados de liberdade, como por exemplo: Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas-SINASE e Convenção Internacional sobre os Direitos de Criança e do Adolescente. É imprescindível não pensar na forma como está sendo ofertado o ensino aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. É importante dar ênfase na atuação do Estado para que esse direito seja de fato garantido como preconiza a Constituição Federal de 1988, o ECA e o SINASE. A metodologia a ser realizada será de caráter exploratória, qualitativa, documental, utilizando como instrumento, a entrevista semiestruturada com professores, diretor, assistentes sociais e secretária de educação do estado do Tocantins.

Palavras-chave: Educação. Sistema Socioeducativo. Sociedade Civil

A importância do fortalecimento de vínculo: uma análise do CRAS de Dianópolis numa perspectiva dos Direitos Humanos

ALVES, L. G. P.[1]

(1)Especialista em Gênero e Diversidade na Escola - UFT; laurinhagualberto25@gmail.com.

BRITO, M. C. R. C.[2]

(2)Especialista em Psicopedagogia, Faculdade de Ciências e Letras Plinio Augusto de Amaral - SP; monicadecassiaribeiro@gmail.com.

MACHADO, S. A.[3]

(3)Especialista em Gestão Pública - UFT; giovanadno@gmail.com.

Os direitos à proteção social integral e à convivência familiar e comunitária estão presentes em diversas normas jurídicas, que reconhecem a família e a comunidade como espaços primados de desenvolvimento para os membros familiares. Tendo como campo de pesquisa o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, espaço público que localiza em um dos setores de maior vulnerabilidade social no município de Dianópolis/TO, onde sua principal atribuição é promover o fortalecimento da capacidade protetora das famílias. Nesse sentido, a pesquisa tem como finalidade enfatizar a importância do fortalecimento familiar dos usuários do CRAS e se manifestar a seriedade do acompanhamento do programa para os mesmos. A pesquisa apresenta as ações desenvolvidas nesse respectivo campo na busca pela construção e fortalecimento dos vínculos familiares. As respostas a esse desafio devem ser construídas com compromisso, profissionalismo e ética com os sujeitos. A pesquisa de caráter empírico foi realizada por meio de contato com o objeto de estudo que são as famílias atendidas pela referida instituição. Portanto, os processos desenvolvidos e os resultados obtidos serão divulgados à comunidade envolvida nas análises e observações realizadas.

Palavras- chaves: Família. Direitos Humanos. Fortalecimento de Vínculos.

Práticas culturais em ocupações urbanas, Palmas/TO (1990-2002)

BRITO J.G.[1]

Graduanda em Serviço Social,Unitins. jozeildesbrito@gmail.com

LIMA, E. J. S.[2]

Professor UNITINS, eduardo.js@untins.br.

O presente projeto será voltado para o estudo do planejamento da mais nova capital do Brasil, pois apesar de ter a fama da capital planejada, a mesma enfrenta vários problemas organizacionais. Sendo

assim, serão destacados os poucos espaços onde a população pode apropriar-se e desenvolver suas práticas culturais, com isso dar ênfase às áreas de ocupações. O estudo foi pensado com o intuito de ampliar os discursos culturais da cidade de Palmas, assim pretendem-se abordar os relatos desses sujeitos e perceber suas trajetórias de vida, elementos sobre o sentido da cidade, a experiência de viver em ocupações e outros. O objetivo principal deste trabalho é analisar as práticas culturais em ocupações urbanas de Palmas partindo de três eixos norteadores: segregação social, silenciamento cultural e disputas de memória no período de 1990-2002. Será feita uma ampla revisão bibliográfica, utilizando fontes documentais e jornais que estão arquivados na Fundação de Cultura de Palmas. O projeto fica, portanto em aberto para sugestões, críticas, indicações bibliográficas, para resultado final do mesmo.

Palavras-chaves: Ocupação. Segregação. Cultura.

Violência de gênero: algumas reflexões teóricas e práticas sobre a violência doméstica praticada contra a mulher

BARBIERO, K. M. S.[1]

(1)Bacharela em Serviço Social (UNITINS), marianakeila3@gmail.com.

CZAPSKI, A. R.S.[2]

(2)Mestre em Serviço Social (PUC-GO), Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), alessandra.rs@unitins.br.

A violência doméstica contra mulheres é originária das desigualdades de gênero e o processo de ruptura dessa violência perpassa pela cooperação entre família, sociedade e Estado. A pesquisa objetivou analisar a contribuição das ações do CRAM - Flor de Lis na perspectiva da ruptura com a violência doméstica vivenciada pelas mulheres atendidas no ano de 2016. Para tal compreensão foi utilizada revisão bibliográfica com autores que versam sobre a complexidade dessa temática e uma pesquisa de campo para investigação de caráter quanti-qualitativo dos dados que refletiram a realidade social das mulheres em situação de violência e o funcionamento institucional das ações do CRAM - Flor de Lis. A pesquisa foi realizada com duas profissionais da equipe técnica do CRAM - Flor de Lis e quatro mulheres em situação de violência doméstica atendidas pela instituição no ano de 2016. Ao final do estudo foi possível constatar que as ações do CRAM - Flor de Lis voltadas para mulheres em situação de violência doméstica consistem em atendimentos, orientações, encaminhamentos e acompanhamento. Essas ações são fundamentais para a (re)construção da autonomia e conquista da cidadania dessas mulheres.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Mulheres. Violência doméstica.

Reflexões preliminares: ocupações urbanas em Palmas/TO

SANTOS, L. P.[1]

(1)Aluna de graduação em Serviço Social, UNITINS, lais-psantos@hotmail.com.

LIMA, E. J. S. [2]

(2)Professor UNITINS, Eduardo.js@untins.br.

Apesar de a capital do Tocantins ser a mais nova do Brasil, diversos fatores contribuíram para que houvesse inacessibilidade ao direito à moradia por uma parcela da população. Pretendemos, ao longo da pesquisa, responder a seguinte questão: "A cidade de Palmas conta com vários vazios urbanos em seu território, logo se espaço não é um problema porque existem pessoas que não tem onde morar?". Contudo, estamos em fase incipiente da pesquisa que resultou em um projeto de Iniciação Científica que está concorrendo no Edital Pibic/Pibiti/Pivic nº 01/2018 – Unitins. A proposta do projeto surge a partir do silenciamento de memória do surgimento de comunidades oriundas de ocupações urbanas, da dificuldade de garantia ao direito à moradia e da luta dos movimentos sociais. O projeto tem como objetivo estabelecer relações entre aspectos históricos e sociais referentes às mobilizações de ocupações urbanas na cidade de Palmas. Nossa opção metodológica é por uma pesquisa documental, uma investigação através dos testemunhos escritos relacionados às ocupações urbanas locais. Estamos expondo o projeto para sugestões, críticas e indicações bibliográficas.

Palavras-chaves: Ocupações urbanas. Direito à cidade. Luta pela moradia.

As competências profissionais do assistente social no desenvolvimento do processo de inclusão social no sistema penitenciário: um estudo em Palmas

GONÇALVES, I. C.L.[1]

(1)Graduada em Serviço Social pela Unitins; isacristina.jornalismo@gmail.com

O assistente social é um profissional que atua em diferentes espaços sociais e que tem como a questão social e suas expressões o eixo central do seu trabalho. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as competências profissionais do assistente social em uma unidade prisional de Palmas e como elas contribuem para o processo de inclusão social da pessoa privada de liberdade. O aprofundamento teórico sobre a história das prisões pelo mundo é o pontapé inicial do estudo. Além disto, busca-se trazer para a discussão o surgimento da prática leiga do assistente social, evolução enquanto profissional e a inserção no âmbito sócio-jurídico do país. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos e responder ao problema levan-

tado foi **à** aplicação de uma entrevista gravada com quatro (4) membros que compõem a equipe multiprofissional da unidade prisional, sendo: dois (2) assistentes sociais, um (1) pedagogo (a) e um (1) psicólogo (a). A análise minuciosa dos relatos coletados forma a base deste trabalho que trouxe um debate sobre as prerrogativas legais que balizam o trabalho destes profissionais e a interpretação de cada um sobre o cotidiano do cárcere. Dessa forma, o trabalho mostra que dentro da unidade prisional pesquisada ainda não existe um processo de inclusão social que atenda às necessidades das pessoas privadas de liberdade conforme preconizado na Lei de Execução Penal n° 7.210, de 11 de julho de 1984.

Palavras-chave: Sistema penitenciário. Assistente social. Inclusão social.

Núcleo de Estudos em Direitos Humanos

NEDIH

UNITINS

Universidade Estadual do Tocantins

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS